

**A POTÊNCIA DO DIÁLOGO NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES E  
RESISTÊNCIAS**

**THE POWER OF DIALOGUE IN THE CONSTITUTION OF IDENTITIES AND  
RESISTANCE**

**EL PODER DEL DIÁLOGO EN LA CONSTITUCIÓN DE IDENTIDADES Y  
RESISTENCIA**

Andrea Barros Daltro de Castro Costa<sup>1</sup>  
Antonio Marlon Matos Rios<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O artigo presente sugere reflexão ampla acerca da expressão diálogo de forma a compreender a relação do uso deste termo com a constituição das identidades no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Estrutura-se a partir do mergulho teórico dos escritos de Paulo Freire sobre diálogo enquanto direito à palavra e estudos de Bakhtin e Bourdieu que incitam pensar o dialogismo enquanto constituição do ser. Esta análise apresenta-se como relevante diante dos silenciamentos políticos e até mesmo fatais que urgem a construção de uma resistência que se faz e se refaz por meio da linguagem que se opõe à verticalidade monopolizadora do uso da palavra e preconceitos homogeneizadores, invalizadores e excludentes das diversidades das identidades construídas e modificadas ao longo dos tempos.

**Palavras-Chaves:** Palavra. Diálogo. Gêneros do Discurso. Identidade.

**ABSTRACT:**

The present article suggests broad reflection on the expression dialogue in order to understand the relationship between the use of this term and the constitution of identities in the context of Youth and Adult Education. It is structured based on the theoretical plunge in Paulo Freire's writings on dialogue as a right to the word and studies by Bakhtin and Bourdieu that encourage thinking about dialogism as the constitution of being. This analysis presents itself as relevant in the face of political and even fatal silences that urge the construction of a resistance that is made and remakes itself through language which is opposed to monopolizing verticality of the use of the word and homogenizing prejudices, invalidating and excluding the diversities of identities constructed and modified over time.

<sup>1</sup> Professora Concursada da Rede Municipal de Educação de Salvador. Mestra do Programa de Educação de Jovens e Adultos – UNEB. Membro do grupo de pesquisa Formacção Infância Linguagens e EJA – UNEB. E-mail: [andrea.barros75@gmail.com](mailto:andrea.barros75@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3928-4691>

<sup>2</sup> Professor Concursado das Redes Municipal e Estadual de São Domingos. Mestre do Programa de Educação de Jovens e Adultos - UNEB. E-mail: [lon\\_mattos@hotmail.com](mailto:lon_mattos@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3025-7304>

**Keywords:** Word. Dialogue. Discourse Genres. Identity.

**RESUMEN:**

El presente artículo propone amplia reflexión sobre la expresión diálogo para comprender la relación entre el uso de este término y la constitución de identidades en el contexto de la Educación de Jóvenes y Adultos. Se estructura a partir del buceo hacia la teoría de los escritos de Paulo Freire sobre el diálogo como derecho a la palabra y los estudios de Bakhtin y Bourdieu que incitan a pensar en el dialogismo como constitución del ser. Este análisis se presenta como relevante ante los silenciamientos políticos e incluso fatales que urgen a la construcción de una resistencia que se hace y se rehace a través del lenguaje que se opone a la verticalidad monopolizadora del uso de la palabra y homogeneiza, invalida y excluye los prejuicios de la diversidad de identidades construidas y modificadas a lo largo del tiempo.

**Palabras clave:** Palabras. Diálogo. Géneros del discurso. Identidad.

**INTRODUÇÃO**

O contexto pandêmico pelo qual o Brasil vem passando há mais de um ano aclara o projeto do cenário político neoliberal, negacionista (SAVIANI; GALVÃO, 2021), acirra as injustiças sociais perpetuadas ao longo dos tempos pelos silenciamentos políticos dos direitos das camadas populares e fortalece as desigualdades entre os detentores do poder e os oprimidos por ele. Ao adentrar no cenário amplo acerca deste poder, nota-se que não se vincula apenas ao domínio econômico, mas também ao domínio da palavra, que impõe ideologias homogeneizadoras e assistencialistas que elegem o mutismo e a passividade (FREIRE, 2015), desconsideram a diversidade de identidades construídas (HALL, 2006) e reafirmam os interesses simbólicos de manutenção das divisões sociais (BOURDIEU, 2001).

Tais concepções exigem prescrutar os atravessamentos que tensionam o sentido real do termo diálogo ao superar as submissões intrínsecas dos discursos monopolizadores que excluem os menos favorecidos e suprimem a diversidade do contexto social da linguagem dos sujeitos, reforçam o eurocentrismo da superposição da palavra escrita em detrimento da palavra oral, enfraquecem a luta pela resistência e geram disputas no reconhecimento nos campos sociais por meio da linguagem.

O conceito diálogo sugere a presença da escuta e da fala que envolve duas ou mais pessoas. Entretanto, as questões ideológicas por trás dos discursos e diálogos incitam a reflexão freiriana acerca deste termo e ampliam a relação com o discurso bakhtiano de forma a compreender o uso do termo diálogo na atualidade de silenciamentos políticos e até mesmo

de vidas, verticalizando o direito da fala àqueles que detêm o poder nefasto da política neoliberal. Assim, é imperativo relacionar o diálogo como direito à palavra e o dialogismo como a constituição do ser no sentido de constituir resistência por meio da linguagem dentro dos espaços de aprendizagens dos sujeitos da educação de jovens e adultos (EJA)

As democracias favorecem o desenvolvimento de consciências críticas com base nas condições especiais de dialogar a partir do adentramento dos problemas sem transferir responsabilidades e repúdio das imobilidades e das polêmicas. Dialogar é ação expurgadora das relações arbitrárias (FREIRE, 2015) e o oposto reduz homens e mulheres a objetos, anula suas potências criadoras de sujeitos, massifica-os/as e os/as inferiorizam a seres conduzidos, incapazes de lutar pela liberdade, construindo uma sociedade muda, marcada pelos comunicados e não comunicações, o que resulta no individualismo e domínio da ignorância.

Destarte, o diálogo é o fluir das palavras, é a possibilidade de desenvolver a cognição e emoção dos seres humanos e, como defende Platão, é o princípio do desenvolvimento humano. Neste processo de escuta, fala, defesa, oposição e elaboração de ideias, através da interação e da linguagem, desvanecem-se o autoritarismo e as relações de poder sobre outros/outras, oportunizam-se as vicissitudes e por isso contribuem para a constituição do outro e de si, visto que todo o ser humano além de *homo sapiens* é também *homo comunicans*.

Proposto por Ferrarezi (2018), o *homo comunicans* remete à ideia da indissociabilidade entre homem pensante, construtor de ideias e homem que elabora sua comunicação e comunica-se. Por isso, é salutar provocar este *homo comunicans* à precisão de forjar o espaço e o exercício da comunicabilidade. Do contrário, parte dos *homines sapiens*, aqueles que possuem um privilégio social maior, usarão a sua sapiência para relegar tal espaço a poucos e ainda mobilizar meio de dificultar este acesso.

Desta forma, necessita constituir-se a EJA como espaço de diálogo no qual os sujeitos renegados, esquecidos ou até mesmo não vistos, reconhecem-se como sujeitos de luta e de direito e, a partir do uso da linguagem, pelo lugar posto, e da comunicabilidade sem preconceitos e recheadas de sentido os/as constituem como sujeitos de resistência. Nesse esforço coletivo, reflexivo e desafiador, é relevante compreender os domínios e intenções engendradas nos usos das linguagens e na gama do reconhecimento da palavra enquanto instrumento de poder, mas que também podem reconfigurarem-se, a partir da postura assumida nos diálogos da educação de jovens e adultos, como espaço de lutas e resistências, de garantia de direitos e de vida mais humanizadora e humanizante (ARROYO, 2017) porque os sujeitos trabalhadores e trabalhadoras trazem consigo trajetórias de exclusão e buscam no

retorno à educação a crença de uma vida mais justa, com percursos menos excludentes.

## 1 O DIÁLOGO E A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES

A capacidade humana de interação se dá desde o nascimento quando a criança, em contato com o mundo, busca aprender, conhecer e expandir sua linguagem, amplia suas experiências e vivências o que auxiliará na constituição do seu ser. Este processo contínuo de formação de si diante do mundo e dos outros seres humanos deve estar calcado no respeito e reconhecimento das diversidades que os constituem. O ser humano se faz homem/mulher a partir das interações e exposições de suas opiniões e realidades de forma a contribuir com o outro, consigo mesmo e com a percepção da sua realidade, o que o torna sujeito da sua existência. Este escopo de diversidade é também o espaço da EJA, pois seus sujeitos reinventam-se a partir das suas experiências e vivências.

Na medida em que, enquanto falamos, somos o leitor um do outro, leitores de nossas próprias falas, o que ocorre aqui é que cada um de nós é estimulado a pensar e a repensar o pensamento do outro. Assim, creio que nisto repousa a dimensão fundamental da riqueza de um intercâmbio como este. Essa possibilidade comum de nos lermos antes de escrever talvez melhore o que escrevemos, porque nessa interação podemos nos transformar no momento mesmo do diálogo. Em última análise, dialogar não é só dizer “Bom dia, como vai?” O diálogo pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é **individual**, embora tenha uma dimensão individual. (FREIRE, 1986, p. 11).

Neste caminho de (des)construções, (in)justiças, escutas, diálogos e respeito, os espaços de ensinamentos e de aprendizagens voltadas aos/as estudantes trabalhadores e trabalhadoras deve ser espaço de “produção da voz e na luta pela voz” (MACEDO, 2004, p. 261). A polifonia bakhtiniana defende o respeito e valorização da palavra como existência dos seres sociais, capazes de produzirem saberes e por isso constituírem-se nas relações com os outros e com o mundo e contribuirão na constituição dos/das/com outros/outras e do mundo.

Neste construto, a linguagem se torna essencial no momento em que dá sentido a essas discussões de forma dialógica, onde quem fala não apenas emite palavras e quem escuta não apenas ouve palavras. O esvaziamento da palavra empobrece o discurso e não propõe um diálogo visto que este é momento de mediação da intersubjetividade da conscientização.

Somos seres da linguagem e é imperativo este destaque, pois sendo a palavra elemento importante e potente para dar sentido ao mundo no qual os seres humanos afetam e se afetam,

é necessário elucidar que ao tocar no âmbito da palavra, toca-se na formação/constituição identitária e social. Não à toa, a poeta Cecília Meireles<sup>3</sup> nos diz:

[...]Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
todo o sentido da vida  
principia à vossa porta;  
[...] sois o sonho e sois a audácia,  
calúnia, fúria, derrota...  
A liberdade das almas,  
ai! com letras se elabora...  
E dos venenos humanos  
sois a mais fina retorta:  
frágil, frágil como o vidro  
e mais que o aço poderosa!  
[...]

A palavra que entrelaça é a também a que cria abismos entre homens e mulheres. Esta ambivalência acerca da valoração da palavra é exposta por Bourdieu (2008) através da utilização do termo “capital linguístico” para destacar as competências comunicativas, ou seja, o uso de certas estruturas linguísticas e de palavras presentes nas relações humanas são determinadas por meio de um mercado linguístico, sendo umas validadas mais que outras e, assim sendo, as classes mais abastadas acabam determinando maior valor ao seu capital.

Viana (2009) reafirma a não neutralidade da linguagem, pois a linguagem se dá em torno dos significados das palavras e dos signos utilizados no processo de comunicação humana e forja, nesta construção, processos em que se obstaculizam o livre pensamento bem como, ainda, o acesso ao conhecimento por meio de certas camadas e cadeias de relação entre a palavra e este acesso. Neste sentido, Bourdieu (2008) alerta para o jogo de violência simbólica que se opera nas questões da autorização da fala e da valoração das palavras e discursos, tanto para o jogo que envolve as relações de classe como do monopólio do mercado linguístico.

A Educação de Jovens e Adultos é diretamente impactada por estas tensões de poder principalmente por sua constituição, pessoas oriundas das classes populares, homens e mulheres, em sua grande maioria pretos e pretas, trabalhadores e trabalhadoras, alguns em conflitos com a lei (cf. FARIA, 2012) com itinerários da não infância por trabalhos precoces que os/as obrigavam, pela necessidade e sobrevivência, todos e todas com suas cargas

---

<sup>3</sup> Excerto de “Romance das Palavras Aéreas”. In. <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/romancedaspalavrasa.reas.htm>, em 23.03.2021.

identitárias que estão, por sua natureza própria da origem, postas no mercado linguístico como de menor valor, ou pelo não-lugar pela ausência de diálogo e os furtos dos seus direitos ao longo das suas trajetórias de vida.

Criar muros de contenção entre os sujeitos da palavra é uma forma de não apenas silenciar o pensamento humano, mas impedir rupturas em outras muralhas sociais e ideológicas. Como dito anteriormente, ao deter o poder da palavra, uma questão tensional se opera: de um lado há alguém cuja voz deve ser ouvida e do outro há alguém cuja ouvido deve estar a serviço dessa voz. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”, afirma Bourdieu (1989, p.15).

A crença não está nas palavras em si, mas nos processos de inculcamento por aquele que a opera. O discurso repetido acaba por ser internalizado como verdade absoluta, encobrendo relações ideológicas de submissão, naturalizando as desigualdades. Nesse esteio, falar de processos dialógicos nos contextos da EJA e como premissa da constituição identitária é de suma importância, dado o fato de que este diálogo pode se dar por diferentes caminhos: do homem consigo mesmo e da mulher consigo mesma, no sentido de um diálogo com sua percepção de si num processo de autorreflexão, do homem e da mulher com os outros e com as outras, percebendo a alteridade como elemento que também o (de)forma e do homem e da mulher com o mundo, como forma de perceberem- sujeitos circunscritos a um tempo-espço.

Conforme defende Freire (2020), o diálogo é a historicização dos/das próprios/próprias homens/mulheres, que gera ação e reflexão capaz de compreender sua realidade de oprimidos/oprimidas e modificá-la, o inverso os/as domesticam e os/as tornam meios de manobras.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 2020, p.108).

Estas exposições de concepções e compartilhamentos de saberes múltiplos, diversos e possíveis através do diálogo, são contínuas e mutáveis como a formação do próprio ser humano que está em constantes mudanças, desvinculando-se das ideias de centralidade do ser

em si mesmo e suas interpretações e ampliando-se para a constituição multifacetada, ou seja, a relação dos códigos simbólicos e a constituição das identidades.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, pp. 12-13).

Ademais, o constituir-se enquanto ser também se vincula ao reconhecimento dos outros a partir do respeito e da comunicação na qual a palavra se faz presente, identificando os homens e as mulheres como seres da experiência e não só da informação (LAROSSA, 2002), abrindo-se ao novo e as possibilidades dos riscos que se corre ao se constituir como seres históricos e mutáveis.

Não haverá cultura nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, se luta. Não haveria cultura nem história sem risco, assumido ou não, quer dizer, risco de que o sujeito que se corre se acha mais ou menos consciente. Posso não saber agora que riscos corro, mas sei que, como *presença* no mundo, corro risco. É que o risco é um ingrediente necessário à mobilidade sem a qual não há cultura nem história. Daí a importância de uma educação que, em lugar de procurar negar o risco, estimule mulheres e homens a assumi-lo. É assumindo o risco, sua inevitabilidade, que me preparo ou me torno apto a assumir *este* risco que me desafia agora e a que devo responder. É fundamental que eu saiba não haver existência humana sem risco, de maior ou menor perigo. Enquanto objetividade o risco implica a subjetividade de quem o corre. Neste sentido é que, primeiro, devo saber que a condição de *existentes* nos submete a riscos; segundo, devo lucidamente ir conhecendo e reconhecendo os riscos que corro ou que posso vir a correr para poder conseguir um eficaz desempenho na minha relação com ele. (FREIRE, 2000, pp. 30-31).

Diante de tais acepções, o diálogo favorece a constituição das identidades, o reconhecimento das realidades e, por isto, a reivindicação da existência, por desmistificar o simbolismo negacionista e dominante que impõe a inferioridade de uma determinada classe (constituída na sua grande maioria de trabalhadores informais, subempregados ou simplesmente estudantes trabalhadores adultos, ou jovens excluídos do contexto educacional ou idosos expulsos das escolas em outros tempos de sua vida), pelas imposições e intimidações simbólicas das classes dominantes, em síntese, o poder como aprisionador do discurso verticalizado.

[...] a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio a dominação de uma identidade sobre outra, de negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 2001, p. 129).

Desta forma, a identidade se constitui no fazer-se homens/mulheres no/com o mundo, nas interrelações diversas e mutáveis de criar, opinar e arriscar. Por meio das ações dialógicas e respeitadas de reconhecerem-se e reconhecer o outro, das suas percepções diante das garantias jurídicas e politicamente definidas, exterminam-se os princípios de dominação e/ou negação de uma identidade sobre outra, assim como os meios de unificar as diferenças para encobrir as diversas desigualdades. O diálogo é espaço de discordar ou concordar de forma inclusiva no aspecto amplo das singularidades e diversidades, é o encontro e, se assim não o for, é acríptico e tendencioso, desvinculado do pensar crítico.

Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme.

Opõe-se ao pensar ingênuo, que vê o “tempo histórico como um peso, como uma estratificação das aquisições e experiências do passado”, de que resulta dever ser o presente algo normalizado e bem comportado. (FREIRE, 2020, p.114).

O poema de Cecília Meireles, explicitado anteriormente, descortina este entendimento sobre identidade e a dupla potência das palavras e exige a compreensão dos seres humanos também da interioridade, sendo esta constituída como um objeto em si que nomeia e que é nomeado. Nesse esteio, é preciso lembrar que o diálogo exige a verbalização de cada um, de todos e todas no coletivo e do que se constitui humanamente. Precisa-se assim verbalizar o que se é, o que se pensa, o que se compreende ser e o que os/as cercam.

Freire (2020) nos exorta a pensar que existir humanamente é pronunciar o mundo, mas é preciso também modificá-lo porque, ao ser pronunciado, este mundo pode ser problematizado e volta para os sujeitos pronunciantes de um outro modo. Por meio da palavra, os/as homens/mulheres se fazem, não há como recusar o pensar, ao imergir no campo da formação identitária se compreende quem são seres actantes nesse mundo e que carece de ser pronunciado para ser transformado.

Ao pensar nesta tessitura palavra e identidade, é pertinente citar, amparados no discurso de Bagno (2005), as tensões de identidade e poder no cenário social e político. Para tal, este autor traz o ex-presidente Lula como mote de sua análise, para clarear e exemplificar os discursos de Boudieu (2008) e, a partir disto, expõe, por meio de provas documentais como artigos e reportagens, a forma como o poder instituído e elitista é capaz de promover um processo de valoração do humano a partir do aparato da linguagem.

É que a linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil, sobretudo depois que, ao menos no mundo ocidental, a religião perdeu sua força de repressão e de controle oficial das atitudes sociais e da vida psicológica mais íntima dos cidadãos. E tudo isso é ainda mais pernicioso porque *a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano[.]* (BAGNO, 2005, p. 16) (grifo nosso)

Os cetros de poder ressaltados por Bourdieu (2008) descortinam o jogo entre o pronunciar e o ser ouvido: há sempre alguém de algum lado que está autorizado a fazer uso da palavra e ser escutado dentro desse imenso mercado linguístico. Todos/todas podem falar, mas nem todos/todas serão escutados/escutadas e nem todos/todas detêm a autorização da fala. Tais cetros que englobam os diplomas, mas também as posições social e política, determinam assim aqueles/aquelas que têm direitos e deles gozam e se beneficiam e aqueles/aquelas que são renegados aos direitos prescritos em leis sem garantias na prática definindo assim o que se é ou não e o quanto se vale neste “baralho linguístico”.

Bagno (2005) amplia a discussão ao destacar a importância histórica e social da eleição de Lula à presidência da república posto que

pela primeira vez, desde o início da história oficial do Brasil, uma pessoa com seus antecedentes biográficos e sociais alcança o posto máximo do poder político, um posto até então reservado com exclusividade a representantes de uma mesma oligarquia. (BAGNO, 2005, p. 30)

Outra questão tensionada por este autor é o choque ante da própria geografia brasileira, visto que traça como as identidades marcadas geograficamente retomam em si mesmas o poder da palavra, de valoração e de cerceamento. Há no Brasil uma noção estereotipada de que há regiões nas quais a linguagem tem mais valor que em outras, assim como por meio das classes se determinam as que possuem valor linguístico em detrimento de outras, gerando,

juntamente por conta desta relação desigual, a abertura de quem pronuncia o que. Atribuindo, assim, valores estigmatizados e preconceituosos de quem vale mais a partir do reconhecimento ou não da sua fala.

A partir disto, questiona-se: Como estabelecer neste processo um diálogo entre partes se já há, diante do que está posto, uma tensão de forças capitaneadas por interesses de classes? Como tensionar o processo dialógico como processo de luta política de direitos a palavra e a escuta da palavra pronunciada? Assim, a proposta de potencializar a EJA e visibilizar seus sujeitos é configurá-la como espaço formativo deste enfrentamento e também capaz de superar os processos de opressões a partir do desenvolvimento dos diálogos e da pedagogia com base nas escutas e falas dos/das oprimidos/oprimidas.

O diálogo é uma exigência existencial que não está na pura e simples troca de ideias, mas num processo de solidariedade entre sujeitos para o enfrentamento do mundo que se quer transformado (FREIRE, 2020). Por meio da relação eu-tu, sempre dialógica e nunca de dominação, este diálogo eu-tu se faz na pronúncia verdadeira das coisas e impulsiona a ação para transformação das pessoas que incitam a transformação do mundo.

Essa construção dialógica na EJA configura-se como a resistência ao esmagamento diuturnamente das massas oprimidas colocadas à margem do mundo de cesso ao poder. É pela dialogicidade que se consegue suplantar muitas das forças sociais que não apenas coíbem, mas exigem desses tantos sujeitos que estão na base social sua força e seu silêncio. Dialogicidade que nem sempre será pacifista, mas necessita ser intenta e pacificadora.

## **2 A PALAVRA, OS RISCOS DO SILENCIAMENTO E A RESISTÊNCIA**

Um dos elementos basilares para a proposição de superação dessa luta no campo do diálogo é a escola. Ela é ponto-chave no qual pode-se desdobrar tanto o fluir identitário como o lugar onde se possa esperar a mudança por meio da abertura a essa voz que foi silenciada. E por que a escola avulta? Porque ela é em sua gênese um espaço de formação humana e de busca pelo conhecimento ao lidar com a complexidade e multirreferências, ao superar a linalidade e o reducionismo e compreender os fenômenos com base na dialogicidade e tessituras das interrelações (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Nesse lastro, Young (2007) aborda o que define como “conhecimento poderoso” e “conhecimento dos poderosos”. O primeiro refere-se ao conhecimento que pode permitir novas formas de pensar o mundo, ou, pelo menos, oferece explicações confiáveis sobre esse

mesmo mundo. O segundo tem um caráter de legitimação do poder, está historicamente situado e determina quem detém o acesso e a elaboração do conhecimento. A escola, segundo este autor, é o lugar por excelência da superação dos saberes apenas de naturezas práticas e procedimentais, partindo para os saberes de naturezas teóricas num processo de extrapolação.

Carvalho; Ferrarezi (2018) ressaltam uma característica preocupante que se cultivou por vários anos e ainda muito se reproduz na maioria das escolas brasileiras: a pedagogia do silenciamento, infelizmente, tão difundida na cultura das salas de aula, inspirada na tradição educacional jesuítica. As escolas foram, em sua formação inicial, as ditas, escolas-igreja e este itinerário educacional e escolar trouxe em seu bojo a violência simbólica na qual cala os/as estudantes, assim como não permitia dentro dos templos religiosos e nos demais espaços contrariar o poder do clero.

Percebe-se nesta teia de relações as imbricadas articulações entre três unidades significativas: diálogo, identidade e resistência, que se fazem, sempre, em processos de duelo, mais do que em harmonia, na formação do constructo humano. Entretanto, nesta mesma escola historicamente silenciada é possível, como numa antítese, emergir o diálogo que desaguará, por si, em resistência, na possibilidade do gentificar os seres humanos, o que simboliza trazer para perto uns/umas aos/as outros/outras e fazê-la como projeto vivo da educação em comunhão.

Sendo a escola, há séculos, este ponto nevrálgico do silenciamento humano, espera-se hoje que esta seja assentada de reafirmações identitárias e de amplificação de vozes que desejam fazerem-se ouvidas, vozes dos/da excluídos/excluídas, dos/das de direito furtados nas diversas trajetórias educacionais, dos/das estudantes trabalhadores e trabalhadoras, em resumo, das escolas que ofertam educação pública, de equidade e de qualidade. É na escola pública e inclusiva onde pode-se exercitar o entendimento sobre em que medida palavra e poder estão ligadas e sobre os jogos de linguagem (cf.; WITTGENSTEIN, 1999) presentes nas relações dialógicas.

Bakhtin em seus estudos acerca da linguagem, clarifica e amplia que a “língua é deduzida da necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho, se reduz à criação espiritual do indivíduo”. (BAKHTIN, 2019, p.23)

Nesta perspectiva, defende-se, neste escrito, a escola como espaço fundante para a proposição do papel do conhecimento poderoso. Cabe a esta instituição incluir ao campo de formação humana esta compressão acerca dos gêneros orais existentes para que, ao

compreendê-los e reconhecer a função que estes exercem no processo, tanto da formação de uma identidade quanto no âmbito comunicativo, os sujeitos da escola possam usufruir destes bens socialmente postos. Bakhtin ressalta que, ao moldar os enunciados em forma de gênero, permite-se o processo de comunicação, pois ao reconhecer o enunciado organizado sob um dado gênero permite-se que os sujeitos se reconheçam mutuamente o/no discurso.

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase na mesma forma que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, já adivinhamos certo volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), [...] se tivéssemos que criá-los pela primeira vez no processo de discurso, de construir livremente cada enunciado e pela primeira vez, a comunicação discursiva seria quase impossível. (BAKHTIN, 2019, p. 39).

Coaduna-se com este autor quando se evidencia a constituição do processo dialógico que envolve os enunciados com a alternância de sujeitos do discurso, ou seja, para que haja o elemento dialógico é preciso o encerramento de uma transmissão discursiva para que outra inicie. É justamente nesse processo que se efetiva o diálogo. Não obstante, é preciso ressaltar que, em uma sociedade marcada por elementos de distinções/desigualdades de classes, o processo dialógico se faz de modo perverso sobrepondo o controle dos turnos de fala àqueles/àquelas que se encontram em posição privilegiadas e, mais intencionalmente, buscam direcionar o conteúdo a ser transmitido, garantir o recebimento e imbricar o inculcamento.

É salutar, nesse processo, dominar os gêneros do discurso, visto que

Quanto mais dominamos os gêneros, maior é a desenvoltura com que os empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos nele nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação (BAKHTIN, 2019, p.41)

Tais colocações reconhecem o papel teórico do gênero que a escola precisa avultar, pois é lugar de extrapolar o comezinho, o ordinário, descortinando múltiplas possibilidades de vivências e de resistências ao trazer não apenas o conhecimento sistematizado no que toca aos gêneros produzidos socialmente, mas como estes estão interligados nas relações subjaz de comunicação e de poder.

Os momentos de silenciamentos que acuum as lutas e possibilidades de resistência

divergem do poder da expressão, vincula a linguagem à ação e reflexão no que concerne à brecha de não dicotomizar direitos e nem perpetuar a ideia preconceituosa de desvalorar as ideias das classes oprimidas. O antagonismo de dar voz aos/as cidadãos/cidadãs, mas não respeitar suas falas é máquina de manobra que pode aflorar o risco do silenciamento social, expandir as exclusões e reforçar o domínio de uma classe sobre outra.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas de monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio, de fazer e de desfazer o grupo. Com efeito o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo e, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2001, p. 113)

Estar alerta aos impactos dos comunicados impostos pela linguagem do direcionamento que ameaçam as “adesões à causa da libertação dos homens” (FREIRE, 2020, p.73) e das mulheres é um exercício diário e autêntico de todas as pessoas da/na EJA a fim de perceber o esvaziamento das dimensões da ação e reflexão da palavra, tornando-a oca “da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação” (FREIRE, 2020, p.108).

A linguagem sem ética reduz o direito da palavra a uns/umas e nega a outros/outras, dicotomiza a essência do diálogo, o encontro entre homens e mulheres “mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2020, p.109), é roubar a palavra dos/das demais através da prescrição e desumanização. Assim, é preciso contrariar os silenciamentos sejam políticos, jurídicos e tantos outros que proíbem ou furtam as palavras das classes oprimidas, fortalecer os pronunciamentos das realidades e eleger a transformação dos homens/mulheres por meio do diálogo que solidariza, respeita e dignifica a significação humana. O diálogo

[...] não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. (FREIRE, 2020, p.109)

Daí que decorre que é preciso *resistere*<sup>4</sup>: *re* - “para trás, contra” e *sistere* “ficar firme, manter a posição”. O “para trás” não deve ser entendido como recuo de lugar, mas como um estancar-se num lugar de, para sustentar a firmeza da própria posição que, por ser de resistência, será naturalmente contra a quem posiciona-os/as na margem oposta do caudaloso rio das palavras que pode ou não ser usufruído por ambos/ambas na relação dialógica. Resistir é sustentar-se, como uma viga o faz, por meio de uma posição de enfrentamento que carece ser verbalizado e, no caso das massas oprimidas, de ser gritado, ecoado para ser escutado.

O texto, como reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo. Quando o texto se torna objeto do nosso conhecimento podemos falar de reflexo do reflexo. A interpretação de um texto sempre é um correto reflexo do reflexo. Um reflexo através do outro no sentido do objeto refletido. (BAKHTIN, 2019, p.86)

E como “Narciso acha feio o que não é espelho”<sup>5</sup>, ao ver refletir nos textos e discursos as resistências, os/as opressores/opressoras imediatamente tentarão violentamente refutá-los ou silenciá-los, de forma a perpetuar o modo unilateral e intransferível do direito à palavra. Neste sentido de enfrentamento, Freire (2020) convida a pensar a dialogicidade de homens e mulheres no mundo e com o mundo e assevera, na impossibilidade ao diálogo porque esta experiência falta às massas oprimidas, este é essencial antes da chegada ao poder, visto que não se consegue chegar ao poder porque também se falta igualmente a experiência do poder. Decorrer deste imbróglio, destaca que só é possível esta representatividade de homens e mulheres oprimidos e oprimidas no poder por meio de uma postura combativa, de resistência e revolucionária.

Ao corroborar com este campo do embate de classes, Viana (2009) reforça, pautado no pensamento marxista, que dois contextos são significativos para a compreensão da formação dos discursos: o contexto social e o contexto cultural, ambos, furtados da expressão das lutas de classe e, assim sendo, as condições dos discursos que decorrem destes contextos estão indissolúvelmente ligadas aos aspectos históricos destas lutas. Logo, os discursos produzidos, por seu turno, representam em si mesmos o produto social de onde nascem: dos indivíduos que pertencem a determinados grupos sociais. “Assim, o processo de constituição

---

<sup>4</sup> Extraído de <https://origemdapalavra.com.br/>, em 23.03.2021.

<sup>5</sup> Alusão a música “Sampa”, do cantor e compositor brasileiro Caetano Veloso.

de um discurso possui ‘múltiplas determinações’, sendo que o contexto social é sua determinação fundamental e o contexto cultural sua determinação formal, embora exista uma influência recíproca entre ambos” (op.cit. p. 19).

Neste entendimento, Bakhtin (2019) complementa esse torvelinho de ideias ao dizer que a palavra é interindividual, tudo que é dito, tudo o que é expresso fora da “alma” do/da falante, acaba que não pertence apenas a ele/ela. Assim como o/a autor/autora (o/a falante) tem seus direitos inalienáveis sobre a palavra, o/a ouvinte acaba por tê-lo também. É neste jogo entre o que se diz e o que se escuta ou, muitas vezes, no campo dos direitos, do que se quer escutar, que o ruído comunicacional se faz presente e o rompimento da ponte dialógica se realiza. É nas tensões entre poderes e forças, e não só do/de que se fala, mas de quem o faz, que a atitude de resistência se faz necessária, salutar e condicionante para a escuta tanto quanto para a fala.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O diálogo se constitui como relação entre pares, sem domínio de uns sobre os outros que se fazem e refazem a partir da comunicação crítica de historicização e humanização que extermina a verticalização da linguagem e cria a oportunidade da ação e reflexão, ou seja, do pensar crítico. Assim, o diálogo se constitui num ato ético onde o respeito às diferenças se constrói como campo de possibilidades de libertação, nas quais não se impõem, nem se domesticam, se encontram, se formam e ensejam as transformações.

Como elemento da linguagem, o diálogo escancara os silenciamentos tendenciosos e opressores que reprimem e encobrem as opiniões, percepções das realidades e condições históricas e, sendo ato de reflexão, enfraquece os engodos e manobras que perpetuam as desigualdades sociais. Desta forma, o acionamento dos processos de ensinos e de aprendizagens com bases dialógicas denota grandes desafios e sobretudo vantajosas possibilidades de visibilizar os/as excluídos/excluídas da EJA, trabalhadores/trabalhadoras que se reconhecem a partir dos espaços oportunizados de diálogos enquanto direitos à palavra.

Esta construção traduz as potências do diálogo, visto que uma educação dialógica revela a profundidade e sutilezas da sociedade e aclara as ideologias dominantes que objetivam sobrepor suas ideias em detrimento das opiniões adversas. Por meio do diálogo crítico, a linguagem penetra e desvenda as razões e ideologias dos contextos políticos e históricos nos quais todos e todas estão inseridos/inseridas e envolvidos/envolvidas e neste caminhar

coletivo se constrói o conhecimento e não apenas o transfere.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CARVALHO, Robson Santos de; FERRAREZI JR, Celso. **Oralidade na educação básica**: o que saber como ensinar. 1. ed. São Paulo. Parábola. 2018.

BAGNO, Marcos. **A Norma Oculta** – Língua & Poder na Sociedade Brasileira. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. 1. ed. 2016. São Paulo: 34. 2ª reimpressão, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1ª reimpressão, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FARIA, Edite Maria da S. A precarização e a (des)profissionalização docente na educação de jovens e adultos trabalhadores. In: **Anais do VIII Seminário do trabalho**: Trabalho, Educação e políticas sociais no século XXI. p. 01-13. Cadernos de Resumos- VIII Seminário do Trabalho – GT7 Trabalho, Educação e Reestruturação produtiva. Marília-SP, 2012.

FERRAREZI JR, Celso. **Pedagogia do Silenciamento**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 1ª reimpressão 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 74ª edição, 2020.

FREIRE, Paulo; SHÖR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva e Guarira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

MACEDO, Roberto S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis **A inteligência da complexidade**. 3ª. Ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. In.: **Revista Universidade e Sociedade/ ANDES - SN**. Ano XXXI, nº 67, jan. 2021. Disponível em [https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada\\_1609774477.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf). Visitado em 04 de março de 2021.

VIANA, Nildo. **Linguagem Discurso e Poder**: Ensaios sobre Linguagem e Sociedade. 1. Ed. Pará de Minas\MG: Virtualbooks, 2009.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas\SP, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.